

Nações Unidas estudam meios de julgar piratas

Um mar de problemas

Não é tarefa fácil punir os piratas do séc. XXI. As Nações Unidas estão a pensar em modelos de agirem efectivamente contra o problema, uma vez que, neste momento, o Tribunal Internacional do Direito do Mar só pode intervir quando um Estado se queixa de outro Estado por pactuar ou não prevenir casos de pirataria.

As Nações Unidas estão a estudar formas de, no futuro, julgar casos de pirataria marítima, disse ontem em Macau Helmut Tuerk, vice-presidente do Tribunal Internacional do Direito do Mar.

“Foi estabelecido um grupo de trabalho para analisar todas as alternativas de julgamento de piratas, mas ainda não chegou a qualquer conclusão, embora tenha tido algumas reuniões. O Tribunal Internacional do Direito do Mar está a aguardar as recomendações deste grupo de trabalho que inclui membros de 25 a 30 países”, afirmou o mesmo responsável, que proferiu ontem uma palestra na Universidade de Macau.

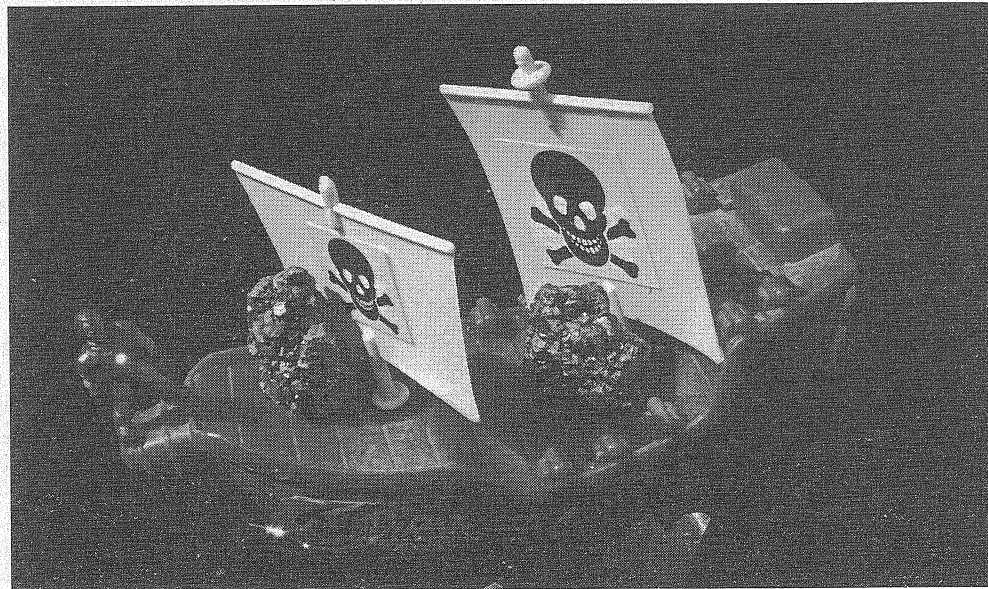
Helmut Tuerk recordou que o tribunal onde exerce a vice-presidência “não é um tribunal criminal” e que nos casos de pirataria só pode

exercer competência quando um Estado se queixa de outro Estado por pactuar ou não prevenir casos de pirataria.

“Não há nenhum Tribunal Internacional para julgar casos de pirataria que ficam sob a alçada dos tribunais de cada país”, disse.

O magistrado reconheceu existirem várias teses que apontam caminhos para julgar casos de pirataria, como o recurso ao Tribunal Internacional de Haia, mas lembrou dificuldades não só devido aos objectivos daquele órgão como, no caso de outras soluções como ampliar as competências da instância que dirige, pela necessidade de reformulação da organização e dos custos adicionais que essa medida acarreta.

Helmut Tuerk lembra que a actual legislação internacional impede as forças policiais ou militares de qualquer país



de actuarem em zonas como a Somália, já que só poderão intervir se houver um ataque e, mesmo assim, terão de entregar os piratas às autoridades do país e deixar que um processo normal decorra.

No entanto, com o vazio

governamental na Somália, a entrega de piratas à Justiça está condenada ao fracasso, considerou.

“O método mais eficaz de combater a pirataria é em terra, mas se não houver estrutura governamental como

é o caso da Somália isto não é possível e enquanto a situação política se mantiver (na Somália) não será possível combater a pirataria”, afirmou, ao salientar que a Somália tem na pirataria a sua indústria e que até as

jovens daquele país sonham casar com um pirata para ter acesso a melhores condições de vida.

Helmut Tuerk considerou, por isso, estar nas mãos dos governos a “criação de um novo tribunal ou na extensão das competências do existente” para julgar casos de pirataria numa altura em que, por exemplo na Somália, os piratas actuam de uma forma cada vez mais sofisticada e com apoios marítimos muitas vezes difíceis de detectar.

Por outro lado, acrescentou, um grande petroleiro tem por vezes uma tripulação de 12 homens e pode ser facilmente atacado durante a noite.

Recordou ainda que o centro da pirataria foi alterado, já que no passado estava concentrado entre a Indonésia e a Malásia, o que acabaria por ser desmantelado após a intervenção dos dois Estados.